

Senado votará no dia 14 proposta de emenda das MPs

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, adiou para o próximo dia 14 a votação em segundo turno do substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) à proposta de emenda constitucional que proíbe a reedição de medidas provisórias (MPs) e amplia de 30 para 90 dias sua vigência, com apenas uma prorrogação.

A matéria foi discutida na sessão de ontem pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Roberto Freire (PPS-PE). Simon elogiou o trabalho do relator Fogaça, que conseguiu conciliar propostas governistas com algumas idéias das oposições, mas disse que votaria contra, entre outros motivos por não concordar com o instituto da MP no regime presidencialista.

- Reconheço que há avanços, mas no presidencialismo não pode haver medida provisória. E, se aprovada a reeleição, o presidente terá o poder de mudar o rumo de uma campanha eleitoral com uma MP - afirmou.

Antonio Carlos Valadares, que também anunciou voto contrário, ponderou que não há no substitutivo de Fogaça qualquer limite para uso de MPs antes de eleições. "É poder demais para um presidente da República. Eu esperava que o Congresso extinguisse de vez as medidas provisórias", disse.

Já Roberto Freire ponderou que a culpa pela reedição de medidas provisórias "recai sobre o Congresso, que não se reúne para votá-las". Acentuou que o substitutivo de Fogaça introduz "o decurso de prazo, favorável ao Congresso, ao contrário do decurso de prazo dos decretos-leis", pelo qual as matérias eram consideradas aprovadas se o Congresso não as votasse.



Humberto Lucena preside reunião da Comissão da Reforma Político-Partidária

Comissão quer novas regras para definir número de vereadores

Limite pode ser estabelecido pelo total de eleitores, e não mais pela população

A Comissão da Reforma Político-Partidária, presidida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), acolheu ontem proposta do relator Sérgio Machado (PSDB-CE), estabelecendo que o número de vereadores será proporcional ao eleitorado, e não mais à população do município.

Pela proposta, haverá um mínimo de nove e um máximo de 21 vereadores nos municípios de até 600 mil eleitores; um mínimo de 22 e um máximo de 41 nos municípios de mais de 600 mil e até 3 milhões de eleitores; e um mínimo de 42 e um máximo de 55 nos municípios de mais de 3 milhões de eleitores.

A comissão aprovou também sugestão do relator de que o afastamento compulsório do prefeito, para fins de apuração de responsabilidade, pelo pra-

zo máximo de 180 dias, e o seu julgamento devem ser aprovados pelo voto nominal de 2/3 dos vereadores.

A reeleição de presidente da República, governador e prefeito foi aprovada nos moldes previstos na proposta de emenda constitucional votada pela Câmara dos Deputados e que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para apreciação das emendas de plenário.

Na próxima quinta-feira (dia 15), a Comissão da Reforma Político-Partidária votará dois temas: o financiamento das campanhas eleitorais e as imunidades parlamentares.

As decisões dessa comissão temporária deverão ser encaminhadas à apreciação do Senado por meio de proposta de emenda constitucional e projetos de lei.

CPI DOS PRECATÓRIOS

1 Investigação está no caminho certo, constata Cabral

Presidente da CPI dos Precatórios comenta em plenário decisão do STF de desconhecer habeas corpus impetrado por ex-servidor da prefeitura de São Paulo.

2 Requião propõe convocação de Gustavo Franco

Relator da CPI espera que diretor do BC explique investigação feita pela instituição sobre "lavagem" de R\$ 1,4 bilhão em agências bancárias de Foz do Iguaçu, no Paraná.

3 Simon cobra meios para punir culpados

Na avaliação do senador, Casa deve aproveitar o momento para aperfeiçoar instrumentos legislativos de combate à impunidade. **Página 3**

Ronaldo quer mudar normas para a criação de estados

Proposta do senador estabelece plebiscito entre a população interessada e aprovação de lei complementar pelo Congresso

A adoção de novos critérios para a criação e o desmembramento de estados e territórios e a reintegração de territórios ao estado de origem é o que estabelece projeto de lei complementar apresentado pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). Conforme a proposição, a criação de estados dependerá de plebiscito entre a população interessada, assim como de lei complementar aprovada pelo Congresso.

A proposta estabelece que o procedimento de criação de nova unidade federativa terá início com a apresentação de projeto de lei complementar acompanhado das seguintes informações: estudo sobre a viabilidade econômico-financeira;



Ronaldo Cunha Lima

infra-estrutura disponível dos poderes e serviços do novo estado; discriminação dos municípios que deverão integrá-lo; a população estimada e sua localização geográfica.

Atendidos esses requisitos, segundo a proposta de Ronaldo Cunha Lima, o Congresso providenciará a convocação de

um plebiscito. A lei que criar novo estado deverá disciplinar a convocação de Assembléia Constituinte estadual e a extensão e duração dos poderes do primeiro governador, nomeado pelo presidente da República, entre outras medidas.

Quanto à criação de territórios, o projeto determina que essa iniciativa caberá ao presidente da República, por meio de projeto de lei complementar. O território poderá ser criado mediante o desmembramento de parte da área de estado já existente, a partir de interesse público relevante ou quando a União necessitar executar plano de desenvolvimento econômico ou social naquela área.

Romero Jucá deseja manter Fundação Nacional de Saúde

O senador Romero Jucá (PFL-RR) protestou contra a possibilidade de extinção da Fundação Nacional de Saúde, como foi noticiado



Jucá

pela imprensa. "A fundação é de grande importância na Amazônia, no Nordeste e no Centro-Oeste, por causa do combate aos mosquitos transmissores da malária, da dengue e outras doenças", afirmou.

- Não adianta dizer que os estados e municípios poderão substituir a fundação no combate à malária, à dengue. Essas doenças são endêmicas exatamente nos municípios pobres - disse Jucá, pedindo ainda que o Ministério da Saúde mantenha o programa de distribuição gratuita de medicamentos.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

CONGRESSO NACIONAL

Terça-feira (13.05.97)

11h - Sessão Solene em homenagem ao sesquicentenário do nascimento de Antonio Frederico de Castro Alves. *Plenário do Senado Federal*
Oradores: Pelo Senado Federal: senadores Ronaldo Cunha Lima e Abdias Nascimento.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar o 116º aniversário do escritor brasileiro Afonso Henriques de Lima Barreto. Oradores inscritos: senador Abdias Nascimento e senadora Benedita da Silva.

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do *PLC nº 204/93, que acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 605/49, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado; e votação em turno único do *PLC nº 44/95, que dispõe sobre as colônias, federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal.

Quarta-feira (14.05.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do *PLC nº 72/96, que altera o art. 82 da Lei nº 7.210/84, que institui a Lei de Execução Penal; do *PLC nº 1/97, que altera os dispositivos da Lei nº 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui o Plano de Custeio; do *Projeto de Resolução nº 52/97, que autoriza o governo do estado do Piauí a contratar operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor de US\$ 30 milhões, cujos recursos serão destinados à execução do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Piauí e eleva, para esse fim, temporariamente os limites de endividamento do estado; e do *Pro-

jeito de Resolução nº 53/97, que autoriza o governo do estado do Rio Grande do Norte a contratar e conceder contragarantia a operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor equivalente a US\$ 24 milhões, cujos recursos serão destinados à execução do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Rio Grande do Norte.

COMISSÕES

Terça-feira (13.05.97)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 212/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; *PLS nº 46/96 - Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; *PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais; *PLS nº 292/95 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; e *Ofício "S" nº 36/97 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1997. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (14.05.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 35/96, que regula a disciplina partidária; *PEC nº 42/95, que dispõe sobre a competência privativa da Câmara dos Deputados na iniciativa de leis que instituem ou aumentem impostos; e *PEC nº 7/96, que determina que terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interferem nas relações federativas. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

CPI DOS PRECATÓRIOS

Simon propõe meios de garantir punição

Senador acha que a Casa deve aproveitar a presença de técnicos que acompanham o trabalho da comissão para criar instrumentos que dêem maior consequência aos inquéritos

Ao elogiar ontem a atuação da CPI dos Precatórios, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pregou a necessidade de o Legislativo aperfeiçoar instrumentos de combate à impunidade, para que as irregularidades apuradas nas investigações sejam efetivamente punidas. Ele citou o exemplo da Itália, com o reconhecido resultado da operação *Mãos Limpas*.

O senador considerou "um enorme avanço" o fato de a CPI dos Precatórios trabalhar com a colaboração de representantes do Banco Central, da Receita Federal, do Ministério Público e da Polícia Federal,



Pedro Simon

mas sugeriu que, encerrados os trabalhos da comissão, haja um estudo para aperfeiçoar meios de o Legislativo assegurar a punição dos culpados.

Simon acha que o Senado deve aproveitar a presença desses técnicos que acompanham o trabalho da CPI para o estudo conjunto de instru-

mentos que dêem maior consequência aos trabalhos das comissões parlamentares de inquérito. Ele considera isso importante para modificar, inclusive, o entendimento de que "na Europa e nos Estados Unidos há punição para quem comete delitos, mas no Brasil só para quem rouba galinhas".

Para o senador, essa cultura da impunidade contamina a juventude brasileira e explica crimes hediondos como o de queimar mendigos. Ele informou que, nos últimos tempos, foi o Legislativo o poder que mais se empenhou em combater a impunidade, haja

vista o *impeachment* de um presidente da República e a cassação de parlamentares investigados pela CPI do Orçamento.

Na opinião de Simon, se a CPI dos Precatórios não resultar na efetiva punição dos que atuaram na cadeia de fraudes para a emissão de títulos destinados ao pagamento de precatórios, a culpa não é do Legislativo. "Se o trabalho da CPI não vai adiante não é por culpa do Congresso Nacional, se os implicados não vão para a cadeia é porque não temos poder para isso", acrescentou.

Derrubada de liminar avaliza CPI, diz Cabral

O presidente da CPI dos Precatórios, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), comentou ontem em plenário a decisão do Supremo Tribunal Federal que desconstituiu o *habeas corpus* impetrado por Pedro Neiva, ex-funcionário da prefeitura de São Paulo, contra a quebra do seu sigilo telefônico pela comissão. Na opinião do senador, essa decisão confirma que "a CPI está no caminho certo, na busca dos fraudadores que lesaram o patrimônio público".

O mais importante nessa decisão é que alguns ministros declararam que a CPI tem os poderes que está exercitando. Aqueles que não queriam reconhecer na CPI essa prerrogativa devem estar hoje com remorso - disse o senador.

Ele afirmou que 50% do

mérito por essa decisão do Supremo devem ser atribuídos ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que saiu em defesa da CPI quando o ministro Carlos Mário Velloso manteve a liminar em favor do im-

petrante. Com esse gesto, disse Cabral, o presidente da instituição honrou e defendeu o Senado Federal.

Bernardo Cabral lembrou ter advertido, tão logo Carlos Mário Velloso concedeu a liminar em favor de Pedro Neiva, momento em que "muitos acharam que a CPI morria ali", que nem sempre uma medida liminar é confirmada pelo plenário do STF. Recordou também que, na qualidade de presidente da CPI, forneceu ao Supremo as informações solicitadas.



Bernardo Cabral

Requião anuncia que vai convocar Gustavo Franco

O relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião (PMDB-PR), anunciou ontem que, na próxima quarta-feira (dia 14), apresentará requerimento solicitando a convocação do diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco, para prestar esclarecimentos à comissão.

Ele quer que Franco explique a investigação realizada pelo BC em Foz do Iguaçu, da qual resultou denúncia ao Ministério Público a respeito da lavagem de R\$ 1,4 bilhão em agências bancárias daquela cidade. Em entrevista concedida no Banco Central, Franco afirmou ter indícios de que os principais usuários desse esquema eram pessoas físicas e jurídicas envolvidas na

fraude dos títulos emitidos para pagar precatórios.

Conforme Requião, o total de títulos dessa natureza que tiveram emissão autorizada em 1995 e 1996 por governadores e prefeitos

consistiu na cifra de R\$ 3,2 bilhões. Ele considera estranho que quase metade desses recursos tenham sido lavados em agências bancárias de Foz do Iguaçu, daí por que acha que Gustavo Franco deve explicar a CPI.

O relator estranhou também que, sabendo da existência de uma CPI instalada para investigar fraudes com títulos públicos, o Banco Central tenha encaminhado a denúncia direto ao Ministério Público. Ele se surpreendeu ainda com o fato de só ter sido informado dessa decisão pelos jornais.



Roberto Requião

Bezerra alerta: governo não controla cobrança da CPMF

Dotar a Receita de instrumentos capazes de garantir a arrecadação seria o primeiro passo para a chamada justiça fiscal, diz senador

O governo não possui mecanismos eficientes para controlar a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), disse ontem o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), afirmando que isso ocorre porque o instituto do sigilo bancário impede que a Receita Federal exija dos bancos que abram a movimentação financeira, em cima da qual é cobrada a referida contribuição.



Carlos Bezerra

Salientando que a CPMF é um imposto sobre o qual os agentes financeiros têm o comando do início, do meio e do fim da operação, Carlos Bezerra disse que dotar a Receita Federal de instrumentos capazes de controlar a arrecadação seria o primeiro passo para que o Estado estabelecesse a chamada justiça fiscal.

- O Estado brasileiro deve ser totalmente reestruturado, a fim de que exerça de forma

competente todas as suas atribuições constitucionais - disse o senador, lamentando que o problema não se resume apenas à cobrança da CPMF.

Carlos Bezerra afirmou que a mesma falta de fiscalização, que já aconteceu em relação ao IPMF, ocorre ainda na cobrança do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), cuja arrecadação mensal é de US\$ 500 milhões. Igualmente nesse caso, segundo ele, os bancos taxam as operações e transferem depois o dinheiro à Receita Federal.



Eduardo Suplicy

Suplicy lê nota do PT criticando o presidente

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem nota divulgada pelo presidente nacional do PT, José Dirceu, na qual ele afirma que Fernando Henrique Cardoso "não tem autoridade para cobrar nada do PT". A nota foi distribuída à imprensa em resposta às declarações do portavoz da Presidência da República, Sérgio Amaral, que considerou antidemocráticas as manifestações contra o presidente em sua recente viagem à fronteira do Brasil com o Uruguai.

O senador leu também artigo do economista Paulo Nogueira Batista Jr., publicado na *Folha de S. Paulo* de ontem, onde ele se diz espantado porque só no dia seguinte ao leilão da Vale a diretoria da empresa publicou nota respondendo, ponto a ponto, acusações "feitas nos últimos meses" pelo deputado Roberto Campos contra a CVRD.

Suplicy, mais uma vez, sugeriu a Paulo Maluf que prestes esclarecimentos à CPI dos Precatórios.

Câmara vai apreciar projeto de Júnia que amplia participação política das mulheres

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) destacou ontem, em entrevista, o envio à Câmara dos Deputados do projeto de sua autoria que garante para as mulheres a cota de 20% das candidaturas de todos os partidos políticos e coligações para a Câmara dos Deputados e assembleias legislativas. A matéria foi aprovada terminativamente pela Comis-



Júnia Marise

são de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, e terminou na quarta-feira o prazo regimental sem que tenha sido oferecido recurso para sua apreciação pelo plenário da

Casa.

Júnia disse que o projeto é uma "discriminação positiva" e representa um grande avanço. "Nas eleições municipais de 1996, onde já havia a cota de 20% para as mulheres, dobrou o percentual do número de vereadoras eleitas. Até a última eleição, eram 6% de vereadoras em todo o país, agora temos 12%", afirmou.

Jonas Pinheiro comemora próxima conclusão da usina nuclear Angra 2

Jonas Pinheiro (PFL-MT) considerou ontem que a conclusão da usina nuclear Angra 2 será um "sinal definitivo de que o Brasil entrará para valer no clube seletivo dos países que dominam e usam a energia nuclear para o benefício de sua população". Conforme disse, durante visita que fez recentemente ao complexo nuclear de Angra dos Reis "para avaliar o andamento das obras da usina", pôde perceber um cenário "otimista"

quanto à conclusão da última etapa do empreendimento.

De acordo com o senador, Angra dos Reis aprendeu a assimilar a presença da usina nuclear. "A antiga reação quanto à localização do complexo vem sendo substituída por uma compreensão maior dos riscos e benefícios que a usina oferece", afirmou.

Segundo Jonas, o Brasil é carente de energia elétrica, cujo consumo é, a seu ver, um indi-



Jonas Pinheiro

ca dor da qualidade de vida de uma população. Ele relatou que o país consome 1.570 quilowatts/hora por ano, por habitante, abaixo da média mundial, que é de 2.260 kw/h.

Congresso homenageará Castro Alves

O presidente Antonio Carlos Magalhães anunciou que será realizada na próxima terça-feira (dia 13), às 11h, no plenário do Senado, sessão solene do Congresso Nacional destinada a homenagear o poeta Castro Alves pela passagem dos 150 anos de seu nascimento. Estão inscritos para falar os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Abdias Nascimento (PDT-RJ).

ORÇAMENTO

Coutinho pede relação de obras irregulares



Coutinho

Apesar de reconhecer avanços no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1998, Coutinho Jorge (PSDB-PA) defendeu ontem que o Congresso reitere sua posição de fazer constar da LDO o envio, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de uma relação das obras com indícios de irregularidades. No ano passado, como disse, a Comissão Mista de Orçamento e o plenário do Congresso aprovaram dispositivo nesse sentido, posteriormente vetado pelo presidente da República.

Entre os avanços registrados no projeto de LDO, o senador destacou que as despesas da União com precatórios judiciais serão melhor especificadas no Orçamento e que os demonstrativos do pessoal civil constarão de forma mais detalhada.

Além de defender o envio ao Congresso da lista de obras pelo TCU até 15 de setembro, Coutinho Jorge sugeriu a manutenção do percentual de 20% dos investimentos em rodovias federais para construção e pavimentação, conforme a LDO-97. A proposta do governo reduz esse índice para 10%, o que, segundo o senador, é bom para os estados mais ricos, mas péssimo para as das regiões Norte e Nordeste.

Em aparte, Josaphat Marinho (PFL-BA) observou que a LDO deveria conter dispositivo para evitar o contingenciamento das verbas.



A Comissão Mista de Orçamento ouviu ontem o ministro do Planejamento, Antônio Kandir

Kandir anuncia aperto para produzir superávit em 98

Esforço será grande e recairá particularmente sobre o governo federal, explica o ministro na Comissão Mista de Orçamento

Em palestra na Comissão Mista de Orçamento, o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, disse ontem que, com o objetivo de consolidar a estabilidade e garantir condições para a realização de taxas superiores de crescimento econômico, o governo estipulou que as finanças públicas, a curto prazo, deverão apresentar um superávit primário de pelo menos 0,8% do PIB, correspondente a cerca de R\$ 8 bilhões em 1998. Esse, segundo o ministro, é o principal fundamento do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano.

Ministro volta para outra audiência

O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, deverá participar de outra audiência pública na Comissão Mista de Orçamento do Congresso para discutir o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com os parlamentares, conforme sugestão do relator da matéria, deputado Sarney Filho (PFL-MA). A data e o horário deverão ser marcados para a semana que vem.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) comunicou a designação do senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) como relator do parecer sobre o Relatório de

Kandir salientou que há um passivo de dívida pública acumulado de 34% do PIB, composto principalmente por déficits de gestões anteriores que crescem a uma taxa de juros real média de 9% ao ano. "Se nada for feito, nos próximos dez anos a dívida pública será 120% superior à de hoje", alertou.

A fixação de um superávit de R\$ 8 bilhões visa evitar uma trajetória crescente da dívida pública em relação ao PIB, de modo a sinalizar aos investidores privados que a capacidade de pagamento do governo não forçará o aumento das ta-

xas de juros, desestimulando investimentos, disse.

O ministro reconheceu que o esforço exigido para alcançar tal superávit primário será grande e que ele recairá particularmente sobre o governo federal. Composto por três contas - a do governo central, a dos governos estaduais e municipais e a das estatais -, o superávit deverá ser gerado com privatizações e com as reformas administrativa e previdenciária. Conforme o ministro, estados e municípios, em processo de saneamento de suas finanças, ainda não têm condições de gerar superávits.

Acompanhamento do Plano Plurianual, enviado ontem ao Congresso Nacional pelo Ministério do Planejamento.

Em nome da Comissão Mista de Orçamento, o relator do projeto de LDO para 1998, deputado Sarney Filho, disse que os principais questionamentos a serem debatidos com o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, na próxima reunião da comissão, referem-se "à capacidade de o Congresso fazer valer suas decisões sobre os gastos federais".

O deputado Sarney Filho defendeu que o Congresso Na-

cional aprecie a distribuição dos cerca de R\$ 2 bilhões que resultarão, no segundo semestre de 1997, da eventual prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

O relator cumprimentou o ministro do Planejamento pela elevada qualidade técnica do Relatório de Acompanhamento do Plano Plurianual, enviado ontem ao Congresso, e solicitou, em nome da comissão e das assessorias técnicas da Câmara dos Deputados e do Senado, o acesso ao sistema que armazena as informações usadas no relatório, o Siappa.

Lobão elogia ação do governo na questão agrária

Em apenas dois anos, argumenta o senador, administração Fernando Henrique assentou mais de 100 mil famílias, quase a metade do total dos sem-terra beneficiados anteriormente

Edison Lobão (PFL-MA) parabenizou ontem o presidente Fernando Henrique pela forma "correta e generosa" com que tem encaminhado a questão da reforma agrária no país. Conforme disse, em apenas dois anos



Edison Lobão

de governo já foi assentada quase a metade do número de famílias beneficiadas nos go-

vernios anteriores.

Segundo o senador, mais de 100 mil famílias receberam cerca de 3 milhões e 500 mil hectares desapropriados. Ele disse que a meta do governo é assentar, em quatro anos, 280 mil famílias.

Na opinião de Lobão, a primeira condição para o êxito de

uma reforma agrária é "oferecer a terra agricultável ao cidadão brasileiro verdadeiramente vocacionado para o trabalho do campo. Apenas distribuir terras entre os pobres do meio rural é reproduzir a pobreza no campo".

A seu ver, na falta de emprego, o trabalhador urbano não vê alternativa senão a de juntar-se aos sem-terra, "na esperança de encontrar, num

pedaço de terra, a oportunidade de que a tecnologia lhe roubou".

Em aparte, Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que o Brasil, por ser um país de dimensões continentais, levará de 30 a 40 anos para concluir o processo de assentamento. Já Iris Rezende (PMDB-GO) gostaria, como afirmou, que o governo destinasse mais recursos para ajudar os sem-terra.

Benedita reclama combate eficaz à exploração sexual



Benedita

Benedita da Silva (PT-RJ) pediu ontem ao governo que estabeleça medidas urgentes e sólidas para o combate ao turismo sexual

e à exploração infanto-juvenil pois, conforme salientou, "o Brasil não quer mais ser considerado paraíso sexual".

Benedita elogiou a campanha de combate ao turismo sexual, lançada este ano, mas considerou que essa, por si só, não será suficiente para acabar com a exploração sexual infanto-juvenil. Ela citou reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, publicada dia 27, denunciando o uso de documentos de pessoas adultas já falecidas para "legalizar" a prostituição em várias regiões do país.

Há por trás da prostituição infantil uma rede poderosa que se estende desde o aliciamento de jovens até o tráfico nacional e internacional de meninas transformadas em verdadeiras mercadorias - disse.

Para Benedita, o problema da exploração sexual e da prostituição infanto-juvenil é uma tragédia social.

Maldaner: Incra deve mais de R\$ 1,5 bilhão

Casildo Maldaner (PMDB-SC) dirigiu ontem apelo ao governo para que cumpra seus compromissos constitucionais derivados de processos administrativos para desapropriação de terras, com sentenças transitadas em julgado. Segundo o senador, muitas famílias, há muito tempo, tiveram o seu direito de propriedade cassado e ainda não receberam o que lhes é devido.

- O Incra deve mais de R\$ 1,5 bilhão em desapropria-



Casildo Maldaner

ções, desde 1970. Trata-se de uma dívida estratosférica, já somada aos juros de mora de 6% ao ano e juros compensatórios de 12% ao ano - disse.

Na opinião de Maldaner, não é desta forma que o governo conseguirá reduzir a dívida interna e nem fazer a reforma agrária. "Que credibilidade tem o governo para exigir dos cidadãos os pagamentos de impostos, se ele protela decisões judiciais irreversíveis?", indagou.

Suassuna considera precária a política de armazenagem

Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que "é extremamente precária a coordenação e execução da política de armazenagem no país" para permitir uma fiscalização efetiva, que defenda margens de lucro condizentes e evite a especulação perniciososa e a intermediação desnecessária no setor.



Suassuna

Suassuna disse que, durante a administração de Collor, o governo federal decidiu desobrigar-se da manutenção de armazéns próprios, repassando para estados e municípios a maioria das unidades que detinha. Com isso, observou, o governo passou a conservar menos de 10% da capacidade de estocagem nacional.

Josaphat levanta dúvidas sobre o leilão da Vale

O senador Josaphat Maranhão (PFL-BA) comentou ontem notícias veiculadas na coluna da jornalista de *O*



Josaphat

Globo Miriam Leitão, sobre a privatização da Cia. Vale do Rio Doce. Segundo a jornalista, o governo estabeleceu em R\$ 26,00 o preço mínimo por ação da empresa, sendo que ela estava cotada no mercado em R\$ 31,70.

- Por que o governo federal reduziu o valor da ação quando cuidou da fixação do preço no leilão? - indagou.

Josaphat estranhou também notícia de que haveria muitos investidores que teriam pedido para serem conhecidos só após a venda da Vale. "Um consórcio poderia se apresentar sem a indicação precisa dos investidores que o compunham?", questionou. O senador destacou ainda o fato de que a divisão acionária final da companhia deve ficar "bem diferente" da divulgada pelo grupo vencedor ao BNDES.

Brasil busca consolidação gradual da Alca

Representação parlamentar do país reúne-se com ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo e com embaixador argentino e decide negociar integração cautelosa e gradualmente

A representação brasileira na Comissão Interparlamentar do Mercosul decidiu ontem negociar a criação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) em ritmo gradual, para que a integração entre os grupos seja consolidada somente a partir do ano 2005.

A decisão foi tomada em reunião entre o ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, Francisco Dornelles; o embaixador da Argentina, Diego Guellar; o presidente da representação, deputado Paulo



Ministro Dornelles explica posição do Brasil sobre consolidar Alca em 2005

Bornhausen, e o secretário-geral, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

Bornhausen, Lúdio e Dornelles sustentaram que a posição

brasileira é fiel ao roteiro do Mercosul, pois a integração comercial é crescente e necessita de tempo para absorver os programas de interesse da Alca.

Essa orientação, segundo Dornelles, não será mudada na reunião dos ministros de Comércio de 34 países do continente americano, na próxima semana, em Belo Horizonte.

Os representantes dos países não-pertencentes ao Mercosul querem mudar essa posição de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e iniciar os programas promovidos pela Alca, "que devem ser melhor estudados", conforme Bornhausen.

Lúdio Coelho disse que maior rapidez nas negociações "é interessante para os Estados Unidos, mas o Brasil prefere uma consolidação com a Alca somente após o ano 2005".

CRE acolhe indicações de novos embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou ontem a indicação dos diplomatas Carlos Moreira Garcia e Ricardo Luiz Viana de Carvalho para chefiar as embaixadas do Brasil na Espanha e na República do Zimbábue, respectivamente.



Presidida por Sarney, CRE discute nomes

Na mesma reunião, foram aprovadas, ainda, as indicações dos diplomatas Thereza Maria Machado Quintella, para chefiar a embaixada do Brasil na República da Geórgia, cumulativamente com a função de embaixadora na Rússia, e do diplomata Oto Agripino Maia, para a embaixada do Brasil na República de Botsuana, que deverá acumular com o posto que exerce junto à República da África

do Sul.

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ainda pareceres favoráveis dos senadores Guilherme Palmeira (PFL-AL), Benedita da Silva (PT-RJ), Jádier Barbalho (PMDB-PA), Emília Fernandes (PTB-RS), José Agripino (PFL-RN) e Romeu Tuma (PFL-SP), referentes a textos de acordos e convenções internacionais firmados entre os governos do Brasil, da Nova Zelândia e do Chile. Também foi acolhido parecer de Romeu Tuma favorável a autorização para que o governo brasileiro possa doar alimentos a países carentes de ajuda internacional.



Antonio Carlos e visitantes conversam sobre Brasil e Ucrânia

ACM apóia melhores relações brasileiras com a Ucrânia

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a missão parlamentar da Ucrânia que veio identificar áreas e meios de incremento das relações econômicas e políticas entre os dois países.

Antonio Carlos Magalhães garantiu apoio à realização de um seminário sobre a experiência brasileira de estabilização monetária e abertura econômica, programado para setembro ou outubro deste ano, na capital ucraniana.

Como presidente do Congresso, ele designou o deputado Paulo Cordeiro, presidente do grupo parlamentar Brasil-Ucrânia, para coordenar o

evento pelo lado brasileiro.

De acordo com o deputado Viktor Suslov, presidente do grupo parlamentar Ucrânia-Brasil e chefe da missão, a ampliação das relações bilaterais começou em 1995, e já em 96, a Ucrânia recebeu duas missões parlamentares brasileiras. Em 97, organizou-se esta visita de retribuição.

A delegação, segundo Suslov, desenvolveu intensos contatos com ministros da área econômica e o presidente do Banco Central, ao longo desta semana, manifestando interesse em elevar o volume de comércio bilateral, que no ano passado situou-se em torno de 150 milhões de dólares.

“Invasão asiática” na Amazônia preocupa Amorim

Documentos da OAB sobre ação de madeireiras na posse irregular de milhões de hectares na região leva senador a requerer criação de comissão temporária para apurar denúncia



Júlio Campos

Campos quer reduzir déficit de moradias

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apelou ontem ao governo federal e ao Conselho Monetário Nacional para que os fundos de pensão sejam obrigados a investir 40% das suas reservas no setor imobiliário. O objetivo da medida é diminuir o déficit habitacional do país, com a destinação de R\$ 6,2 bilhões para o setor.

Segundo o senador, o Conselho Monetário Nacional, “na contramão das necessidades econômicas do país”, reduziu, recentemente, de 20% para 15% a aplicação das reservas dos fundos de pensão em imóveis. Se essa orientação não for modificada, até o ano 2002, conforme explicou, todos os fundos deverão se enquadrar nesse limite.

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) requereu ontem a criação de uma comissão temporária, composta por sete senadores e com prazo de duração de 120 dias, para apurar denúncia formulada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a respeito da invasão de empresas madeireiras asiáticas na Amazônia. Segundo a denúncia, por meio de prepostos brasileiros, elas estariam aposando-se de forma irregular



Amorim

de milhões de hectares na região. Ernandes Amorim anexou ao requerimento expediente encaminhado pelo Conselho Federal da OAB a todos os integrantes da bancada da região amazônica na Câmara e no Senado, e ao Ministério do Meio Ambiente, alertando para o perigo que representam essas ações e pedindo às seccionais da OAB em toda a região que se mantenham alertas sobre o problema.

Abdias exalta Paulo Freire e Anselmo Duarte

Abdias Nascimento (PDT-RJ) homenageou ontem o educador Paulo Freire e o ator e diretor Anselmo Duarte, “dois brasileiros ilustres que deram importantes contribuições à nossa cultura”.

Abdias destacou o trabalho de Paulo Freire, exaltando suas obras, que lhe valeram o reconhecimento mundial - com o Prêmio Internacional de Educação, concedido pela Unesco - e a amizade de ambos, durante o período da ditadura militar, no exílio.

Sobre Anselmo Duarte, o senador citou a homenagem que o diretor receberá, no próximo dia 11, durante o 50º Festival de Cinema de Cannes, pelo filme *O Pagador de Promessas* (1962), única película brasileira premiada com a Palma de Ouro.

Abdias disse que a polêmica obra do cineasta provocou incompreensão e desavenças de setores do cinema e da crítica, mas serve de exemplo para a nova geração de realizadores.



Abdias

Tuma participa hoje do “São Paulo Sem Medo”

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) comunicou ao plenário que participará hoje, em São Paulo, de uma das mesas que discutem os resultados do seminário “São Paulo Sem Medo”, promovido pela Rede Globo de Televisão e pela Uni-



Romeu Tuma

versidade de São Paulo.

Ele discutirá principalmente as dificuldades das autoridades encarregadas da segurança pública.

“Infelizmente, ninguém vai ao âmago das dificuldades de nossas autoridades”, disse.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, CARLOS PATROCÍNIO, RONALDO CUNHA LIMA, ROMERO JUCÁ E JEFFERSON PERES E PELA SENADORA JÚNIA MARISE

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreira Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djálba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.